



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: APROXIMAÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ

PUBLIC POLICIES FOR SPORT AND LEISURE IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: APPROACHES, CHALLENGES, AND POSSIBILITIES FOR CIVIC EDUCATION

DOI: 10.5281/zenodo.21983621



Eriques Piccolo Becker¹
Leandra Costa da Costa²

RESUMO

Este artigo problematiza as relações entre as políticas públicas de esporte e lazer e a Educação Física escolar, considerando as possibilidades de articulação entre esses campos na promoção de direitos sociais, da formação humana e da participação cidadã. Trata-se de uma produção de abordagem qualitativa, de caráter reflexivo e interpretativo, construída a partir de experiências e problematizações do cotidiano da Educação Física escolar, em diálogo com a produção acadêmica e com documentos legais relacionados às políticas públicas de esporte e lazer. A discussão parte da compreensão do esporte e do lazer como direitos sociais e como dimensões da cultura corporal, reconhecendo a escola e a Educação Física como espaços relevantes para sua democratização. Ao longo do texto, são discutidos os desafios relacionados ao acesso às práticas corporais, à desigualdade social e à participação da comunidade na construção e apropriação das políticas públicas. Como possibilidades de articulação, destacam-se o esporte educacional e a formação humana; a educação para o lazer; a ocupação e apropriação dos espaços públicos; e a formação cidadã, o direito à cidade e a participação social. Defende-se, por fim, uma Educação Física escolar comprometida com a democratização das práticas corporais e com a formação de sujeitos capazes de compreender, participar e transformar a realidade social.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Lazer; Educação Física.

1 Professor da Rede Municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutor em Educação em Ciências, Mestre em Educação Física, Especialista em Gestão Educacional. Licenciado em Educação Física.

2 Professora da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutora em Educação, Mestra em Educação, Especialista em Educação Infantil e Educação Física, Graduada em Educação Física.

Revista OWL Journal, Campina Grande - PB, v. 4 n. 8 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





ABSTRACT

This article examines the relationship between public policies for sport and leisure and school-based Physical Education, considering the potential for linking these fields to promote social rights, human development, and civic participation. It is a qualitative study—reflective and interpretive in nature—developed from experiences and issues arising in the daily practice of school Physical Education, in dialogue with academic literature and legal documents concerning public policies for sport and leisure. The discussion is grounded in the understanding of sport and leisure as social rights and dimensions of "body culture," recognizing schools and Physical Education as key spaces for democratizing access to them. The text addresses challenges related to access to physical activities, social inequality, and community participation in the creation and adoption of public policies. Key opportunities for integration include educational sport and human development; leisure education; the use and appropriation of public spaces; and civic education, the right to the city, and social participation. Ultimately, the article advocates for a school Physical Education program committed to democratizing physical activities and fostering individuals capable of understanding, participating in, and transforming social reality.

Keywords: Public Policies; Sport; Leisure; Physical Education.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em políticas públicas de esporte e lazer na Educação Física escolar, é preciso, antes de tudo, fazer uma reflexão acerca do que de fato é uma política pública, partindo desde sua problematização, produção, execução e posterior avaliação. Mas afinal, como as políticas públicas de esporte e lazer se aproximam da Educação Física escolar? Qual o papel da escola na elaboração dessas políticas? São questões propositivas para a reflexão apresentada neste texto.

As políticas públicas constituem-se enquanto instrumentos por meio dos quais o Estado busca garantir direitos, reduzir desigualdades e promover condições de acesso e desenvolvimento social, embora, nem sempre isso acontece (Souza, 2006; Secchi, 2021). Quando pensamos, especificamente no campo do esporte e do lazer, tais iniciativas governamentais assumem papel protagonista ao proporcionar um caminho para a ampliação de oportunidades de acesso às diferentes manifestações da cultura corporal.

Nesse horizonte, a cultura corporal, compreendida como um patrimônio cultural produzido historicamente e apropriado pelos diferentes grupos sociais por meio das práticas corporais, constitui uma dimensão fundamental da formação humana, da participação social e





do exercício da cidadania (Bracht, 2019). Mais do que ações pontuais, as políticas públicas simbolizam compromissos coletivos com a efetivação de direitos constitucionalmente assegurados.

No que se refere ao Lazer, a Constituição Federal do Brasil, implementada em 1988, consolida seu entendimento, ao reconhece-lo enquanto direito social (art. 6º), estabelecendo ainda, como dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais, também como direito institucional de cada cidadão (art. 217) (Brasil, 1988). Essa consolidação conceitual desloca o esporte e o lazer da condição de opção beneficiária para o campo das responsabilidades públicas, exigindo, portanto, políticas articuladas entre os diferentes setores governamentais.

Nesse viés, a instituição da escola pública, surge como um dos principais espaços de concretização desses direitos, especialmente por meio da Educação Física Escolar. Claro, é preciso estabelecer aqui, que a Educação Física não é entendida como espaço de lazer, mas sim como componente curricular que pode, considerando o lazer como objeto de conhecimento, proporcionar reflexões aos estudantes para que estes, se tornem sujeitos capazes de requerer e usufruir de seus direitos constitucionalmente garantidos.

Ao tematizar as diferentes manifestações da cultura corporal de movimento, a Educação Física, enquanto componente curricular, possibilita que os estudantes experienciem, conheçam, problematizem e atribuam sentidos e significados próprios às práticas corporais presentes na sociedade. Assim, entre os papéis da Educação Física escolar também se estabelece na compreensão do esporte e do lazer como direitos sociais, bens culturais e possibilidades de participação cidadã.

Entretanto, ressalvas precisam ser feitas nessa relação, uma delas está relacionada ao papel da escola nesse movimento, isto é, a escola se estabelece apenas como beneficiária das políticas públicas de esporte e lazer ou também constitui espaço de produção, ressignificação e efetivação desses direitos? A resposta do questionamento supracitado não é de fácil elaboração, mas certamente, exige desprender-se da ideia da escola enquanto mera reprodutora dessas iniciativas.





Ao contrário, ela interpreta, adapta, tensiona e materializa essas políticas em seu cotidiano, atribuindo-lhes sentidos pedagógicos que podem fortalecer ou limitar seu potencial formativo. Nesse processo, a Educação Física Escolar assume papel estratégico ao mediar a relação entre as diretrizes das políticas públicas e as experiências concretas vivenciadas pelos estudantes.

Essa perspectiva desloca a discussão para além da mera implementação de políticas governamentais. Mais do que analisar a existência políticas de esporte e lazer, torna-se necessário compreender de que maneira elas dialogam com o projeto pedagógico da escola, favorecem a democratização do acesso à cultura corporal, contribuem para a formação cidadã e ampliam as possibilidades de vivência crítica do esporte e do lazer. Nessa direção, a escola deixa de ser compreendida apenas como destinatária das políticas públicas e passa a ser reconhecida como um espaço de produção de experiências, construção de significados e efetivação de direitos.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as aproximações, os desafios e as possibilidades da relação entre as políticas públicas de esporte e lazer e a Educação Física escolar. Ao assumir essa relação, a Educação Física reafirma sua função social de promover o acesso à cultura corporal, fortalecer a cidadania e contribuir para uma formação humana crítica, democrática e socialmente comprometida.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este artigo caracteriza-se como uma produção de abordagem qualitativa, de caráter reflexivo e interpretativo, construída a partir de experiências e problematizações vivenciadas no contexto da Educação Física escolar, articuladas à produção acadêmica e aos documentos legais que fundamentam as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Parte-se da compreensão de que o cotidiano escolar constitui um espaço de produção de conhecimentos e de questões que podem ser problematizadas e aprofundadas por meio do diálogo com diferentes referenciais teóricos. Nesse sentido, a experiência é compreendida não como um





conjunto de dados empíricos a serem analisados, mas como ponto de partida para a construção das reflexões apresentadas.

A valorização da experiência como dimensão constitutiva dos processos educativos encontra respaldo em Larrosa Bondía (2002), para quem a experiência se relaciona àquilo que nos acontece e aos sentidos que construímos a partir do vivido. A partir dessa perspectiva, as questões emergentes da prática docente foram tomadas como disparadoras de reflexões acerca das relações entre políticas públicas de esporte e lazer, escola e Educação Física. Essas questões foram colocadas em interlocução com produções acadêmicas que discutem políticas públicas, esporte, lazer, cultura corporal e Educação Física escolar, buscando tensionar e ampliar as compreensões produzidas a partir da experiência.

Para a construção das reflexões apresentadas, foram mobilizados referenciais teóricos e documentos legais relacionados ao objeto de discussão. No campo das políticas públicas, foram considerados os estudos de Souza (2006) e Secchi (2021); nas discussões sobre Educação Física escolar e cultura corporal, Bracht (2000; 2019), Coletivo de Autores (1992) e González e Fensterseifer (2010); e, no debate sobre esporte e lazer, Tubino (2010), Marcellino (2012), Gomes (2014), Mascarenhas (2003) e Melo e Alves Junior (2012). Também foram considerados documentos normativos, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), por estabelecerem marcos importantes para a compreensão do esporte, do lazer e da educação enquanto direitos e campos de responsabilidade pública.

O percurso de análise foi construído por meio da articulação entre as experiências e questões provenientes do cotidiano docente, os referenciais teóricos selecionados e os marcos legais relacionados às políticas públicas de esporte e lazer. Esse movimento permitiu organizar a discussão em torno de três dimensões centrais: as interfaces entre políticas públicas de esporte e lazer e a Educação Física escolar; os desafios relacionados à democratização do acesso às práticas corporais e aos direitos sociais; e as possibilidades de atuação da Educação Física na formação humana e cidadã. A partir dessas dimensões, foram desenvolvidas quatro possibilidades de articulação: o esporte educacional e a formação





humana; a educação para o lazer; a ocupação e apropriação dos espaços públicos; e a formação cidadã, o direito à cidade e a participação social.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: INTERFACES COM A EDUCAÇÃO FÍSICA

As políticas públicas, como vimos, constituem um conjunto de decisões, ações e estratégias desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de responder às demandas da sociedade e enfrentar problemas públicos (Souza, 2006; Secchi, 2021). Essas iniciativas expressam escolhas políticas, prioridades institucionais e formas de pensar e compreender o mundo, a educação e a sociedade como um todo. Por isso, sua formulação, implementação e avaliação devem envolver diferentes atores, interesses e contextos, destacando seu caráter dinâmico, mutável e processual.

No que tange as políticas públicas sociais, o Estado assume a responsabilidade pela promoção de direitos fundamentais relacionados à educação, saúde, assistência social, cultura e, é claro, esporte e lazer. Dentre suas finalidades, está a de assegurar condições de acesso aos serviços públicos, buscando a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa (Souza, 2006). Porém, a simples existência das políticas não garante sua efetividade, dependendo ainda, de investimentos, disseminação de informações, continuidade administrativa, participação social, e sobretudo, mecanismos de gestão que sejam capazes de abarcar nessas iniciativas, às diferentes realidades da população.

Ao falar, especificamente, do esporte e do lazer, as políticas públicas assumem papel estratégico na garantia desses direitos previstos na legalidade constitucional. Como já mencionado anteriormente, a discussão deixa de ser baseada na compreensão opcional, para um viés de obrigatoriedade de promoção dessas dimensões na vida cidadã das pessoas, seja na escola ou fora dela. Cabe aqui, uma reflexão acerca da interferência do esporte e do lazer na qualidade de vida e saúde das pessoas, lembrando o conceito de saúde, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS): completo estado de bem-estar físico, social e mental, e não apenas a mera ausência de doenças.





Para tanto, é preciso compreender que esporte e lazer, vão além da simples oferta de atividades esportivas ou recreativas. Conforme Marcellino (2012), o lazer constitui uma dimensão da cultura vivenciada de forma livre e significativa pelos sujeitos, envolvendo variados interesses culturais e contribuindo para o desenvolvimento humano. Esses interesses, partem, muitas vezes, do próprio contexto vivenciado pelos sujeitos, inclusive, com a restrição de acesso de determinadas práticas elitizadas e que muitas vezes, passam despercebidas por algumas camadas da população. Aqui, mais uma possibilidade de contribuição da Educação Física escolar, discutir, problematizar e apresentar as condições de acesso ao lazer, ou melhor, a todas às possibilidades de lazer.

Da mesma forma, o esporte apresenta múltiplas manifestações, que vão desde o alto rendimento até o esporte educacional e de participação, exigindo que as políticas públicas contemplem essa diversidade de experiências (Tubino, 2010). Nesse cenário, a Educação Física escolar ocupa posição estratégica ao estabelecer interfaces entre educação, esporte e lazer. Como componente curricular da Educação Básica, assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), sua função não se restringe ao ensino de técnicas esportivas, superando sua visão biologicista e tecnicista, mas compreende a mediação pedagógica da cultura corporal de movimento. Assim, possibilita aos estudantes conhecer, experimentar, problematizar e ressignificar diferentes práticas corporais (Coletivo de Autores, 1992; Bracht, 2019).

Assim, a escola torna-se espaço privilegiado para ampliar o acesso às manifestações da cultura corporal, promovendo ainda, reflexões sobre o lazer e o esporte enquanto direitos sociais e objetos de ações governamentais. Essa articulação, evidencia que as políticas públicas de esporte e lazer não podem ser dissociadas das políticas educacionais. Ao contrário, devem estar integradas e correlacionada entre si, fortalecendo a Educação Física escolar como espaço de formação cidadã, democratizando a cultura corporal e promovendo a garantia de direitos constitucionais.

Não é só o Estado que deve se preocupar com políticas de esporte e lazer, mas deve sim, existir uma atuação articulada entre à União, os estados, Distrito Federal e aos



municípios para concretizar as referidas ações. No campo do esporte e do lazer, essa cooperação torna-se indispensável para assegurar a continuidade das políticas, reduzindo desigualdades sociais e ampliando as oportunidades de acesso às práticas corporais, especialmente no contexto escolar (Brasil, 1988; Brasil, 2023).

Dessa forma, as interfaces entre políticas públicas de esporte e lazer e a Educação Física escolar revelam-se fundamentais para a construção de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes. Mais do que beneficiar-se das políticas existentes, a escola participa da sua materialização ao interpretar, ressignificar e concretizar seus princípios no cotidiano pedagógico, transformando direitos formalmente assegurados em experiências educativas efetivamente vivenciadas.

APROXIMAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A aproximação entre políticas públicas de esporte e lazer com a Educação Física escolar, pode ser compreendida em um viés que atravessa essas temáticas: a democratização de acesso ao esporte e ao lazer. Mesmo que, constituam-se enquanto campos diferentes, políticas, esportes, lazer e Educação Física se entrelaçam quando considera-se o esporte e o lazer direitos sociais e a Educação Física como componente curricular que se compromete com a apropriação crítica da cultura corporal. Nesse horizonte, a relação entre estes campos não deve ser vista sob uma perspectiva isolada ou sobreposta, mas como possibilidade de articulação em torno da formação humana e cidadã.

Democratizar o acesso às práticas corporais constitui uma das principais interfaces dessa relação. O acesso ao esporte, ao lazer e às demais manifestações da cultura corporal não acontece de maneira uniforme e para todos na sociedade, ao contrário, é atravessado pelos marcadores sociais da diferença, tais como raça, gênero, classe social, território, entre outros. Nesse sentido, Tavares et al. (2022, p. 220) analisam os marcadores sociais da diferença como elementos que podem se apresentar como “condição vulnerabilizadora” para a prática de atividades físicas no lazer.





Nesse íterim, Mascarenhas (2003), relata que o lazer, embora reconhecido como direito, encontra-se inserido em uma sociedade marcada por desigualdades que condicionam as possibilidades concretas de apropriação dos bens culturais. Por isso, pensar políticas públicas de esporte e lazer implica considerar não apenas a oferta de atividades, mas também, garantir condições simbólicas necessárias para que os diferentes grupos sociais possam, efetivamente, vivenciar essas oportunidades.

É nesse ponto que entra a Educação Física escolar, como possibilidade de contribuir para o processo de democratização do acesso à cultura corporal, mais do que isso, oportunizando, a partir de suas aulas, momentos de reflexão acerca do assunto. Conteúdo como jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas, podem ampliar as experiências dos estudantes, possibilitando o contato com práticas corporais consideradas elitizadas, e que muitas vezes, não fazem parte de seu cotidiano. O Coletivo de Autores (1992) compreende essas manifestações como produções históricas da cultura corporal, enquanto Bracht (2019) emerge com a necessidade de avançar na Educação Física escolar para além da visão estritamente biológica e técnica. Cabe à Educação Física aqui, segundo os autores supracitados, problematizar as práticas corporais em seus diferentes contextos sociais.

Dentro desse debate, o esporte educacional torna-se particularmente relevante, uma vez que se constitui enquanto fenômeno cultural multifacetado, que não pode ser reduzido ao alto rendimento ou apenas ao seu viés técnico. Essa preocupação encontra respaldo na própria trajetória da Educação Física brasileira, marcada pela forte presença do esporte de rendimento no interior das práticas escolares.

A EF ao fazer do esporte de rendimento seu objeto de ensino e mesmo abrindo o espaço escolar para o desenvolvimento desta forma de realizar o esporte, acabava por fomentar um tipo de educação que colaborava para que os indivíduos introjetassem valores, normas de comportamento conforme e não questionadores do sistema societal. E isto porque o esporte de rendimento traz na sua estrutura interna, os mesmos elementos que estruturam também as relações sociais de nossa sociedade: forte orientação no rendimento e na competição, seletividade via concorrência, igualdade formal perante as leis ou regras, etc (Bracht, 2000, p. XV).





A crítica do autor recai em um debate que gira em torno da Educação Física há muitos anos: qual sua real função dentro da escola. Como já vimos no texto, é preciso superar a visão biologicista e tecnicista da Educação Física escolar, e isso implica compreender o esporte para além da execução motora de seus movimentos. Nesse sentido, Tubino (2010) destaca a existência de diferentes manifestações esportivas, entre elas o esporte educacional, o esporte de participação e o esporte de rendimento, cada qual apresentando características, finalidades e públicos distintos. A presença do esporte educacional nas políticas públicas amplia, portanto, a possibilidade de pensar práticas esportivas orientadas por princípios de formação, participação, cooperação e inclusão. Essa perspectiva aproxima-se de uma concepção de Educação Física que compreende o esporte como conhecimento a ser tematizado pedagogicamente e não simplesmente como atividade destinada à seleção dos mais habilidosos.

Nesse ponto, torna-se necessário reconhecer a contribuição das políticas públicas para a ampliação das experiências esportivas e de lazer. Além da Constituição Federal de 1988, que garante o esporte enquanto direito constitucional, a Lei Geral do Esporte também reconhece diferentes manifestações esportivas e estabelece princípios relacionados à democratização e ao acesso ao esporte (BRASIL, 2023). Essas determinações legais evidenciam que a promoção do esporte e do lazer não deve ser compreendida como uma ação eventual do poder público, mas como parte de uma responsabilidade estatal voltada à garantia de direitos.

No campo do lazer, essa discussão precisa ser ampliada para além da compreensão de lazer como descanso, diversão ou ocupação do tempo livre. Marcellino (2012) compreende o lazer como uma dimensão da cultura, caracterizada pela vivência de diferentes interesses culturais e pela possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Gomes (2014), por sua vez, também contribui para a compreensão do lazer como dimensão da cultura e necessidade humana, afastando interpretações que o reduzem a atividades previamente determinadas. Essa compreensão é particularmente importante para a Educação Física escolar, pois permite que o lazer seja tematizado como conhecimento e não apenas como momento de recreação.





A partir dessa perspectiva, ensinar sobre lazer significa também discutir as condições sociais de sua realização. Quem possui tempo disponível? Quem possui acesso aos equipamentos públicos? Quais práticas são valorizadas socialmente? Quais grupos encontram barreiras para participar? De que maneira o mercado interfere nas experiências de lazer? Questões dessa natureza permitem aproximar o ensino da Educação Física das discussões sobre desigualdade social, direito à cidade, participação e cidadania. Melo e Alves Junior (2012) ressaltam a necessidade de compreender o lazer em sua dimensão social e cultural, considerando os diferentes contextos em que as experiências são produzidas e vivenciadas.

A Educação Física escolar pode aproximar os estudantes desses espaços e transformá-los em objetos de conhecimento. A investigação sobre os equipamentos esportivos e de lazer existentes no entorno da escola, por exemplo, pode constituir uma experiência pedagógica que articule cultura corporal, território e cidadania. Os estudantes podem identificar os espaços existentes, analisar suas condições de acesso, compreender quais grupos os utilizam, reconhecer suas potencialidades e problematizar as ausências existentes. Dessa forma, o espaço público deixa de ser apenas cenário para a prática corporal e passa a constituir elemento de aprendizagem e participação social.

Essa possibilidade aproxima-se da compreensão de que a Educação Física escolar deve favorecer a leitura crítica da realidade. González e Fensterseifer (2010), ao discutirem a constituição da Educação Física escolar contemporânea, também apontam para a necessidade de superar uma atuação baseada exclusivamente no "fazer", reconhecendo a importância de uma intervenção pedagógica que possibilite aos estudantes atribuir sentido às experiências corporais.

Nessa direção, as políticas públicas de esporte e lazer podem constituir importantes possibilidades de ampliação do repertório cultural dos estudantes. Programas, projetos, equipamentos e ações desenvolvidos pelo poder público podem possibilitar experiências que dificilmente seriam acessíveis a determinados grupos sociais em razão de condições econômicas ou territoriais. Entretanto, sua presença no cotidiano escolar não deve significar uma substituição do currículo ou uma transformação da Educação Física em espaço de





execução de programas governamentais. Ao contrário, tais políticas podem ser incorporadas criticamente ao trabalho pedagógico, desde que preservadas as especificidades e finalidades educativas do componente curricular.

É nesse horizonte que se torna relevante pensar a Educação Física como mediadora entre os estudantes e as políticas públicas. A escola pode apresentar aos estudantes os direitos relacionados ao esporte e ao lazer, discutir as políticas existentes em seu território, analisar seus objetivos, identificar seus limites e estimular a participação social. O professor de Educação Física, nesse processo, não atua simplesmente como executor de uma política formulada externamente, mas como sujeito que interpreta e ressignifica suas possibilidades no contexto escolar.

Essa compreensão encontra aproximação com os estudos de Ball, Maguire e Braun (2012), para os quais as políticas educacionais não são simplesmente implementadas pelas escolas de maneira mecânica. Ao chegarem aos contextos institucionais, elas são interpretadas, traduzidas, negociadas e colocadas em ação por diferentes sujeitos, considerando as condições concretas de cada escola. Uma política pública não produz os mesmos efeitos em todos os contextos, pois sua materialização depende dos sujeitos, das condições institucionais, dos recursos disponíveis e das interpretações construídas localmente.

Portanto, a escola não deve ser compreendida apenas como beneficiária das políticas públicas de esporte e lazer, mas também um espaço no qual essas políticas podem ser interpretadas, ressignificadas e materializadas. A Educação Física, por sua vez, apresenta condições privilegiadas para realizar essa mediação, justamente por trabalhar pedagogicamente com manifestações culturais diretamente relacionadas ao esporte, ao lazer e às práticas corporais. Essa atuação pode contribuir para que os estudantes compreendam não apenas como praticar determinada modalidade esportiva ou atividade corporal, mas também por que determinadas práticas estão disponíveis, para quem estão disponíveis, quais interesses estão envolvidos e quais condições são necessárias para democratizá-las.

A Educação Física escolar, ao problematizar essas políticas e aproximar os estudantes dos espaços e mecanismos de participação social, pode contribuir para que o esporte e o lazer





sejam compreendidos como dimensões da cidadania e não apenas como atividades destinadas ao entretenimento ou ao desenvolvimento físico. Assim, a Educação Física pode atuar como importante mediadora entre políticas públicas e formação humana, contribuindo para transformar direitos formalmente assegurados em experiências concretas de participação, conhecimento e cidadania.

POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

As aproximações anteriormente discutidas permitem pensar que as políticas públicas de esporte e lazer podem constituir importantes possibilidades de fortalecimento da Educação Física escolar. Isso não significa, entretanto, transformar a escola em espaço de execução de programas governamentais ou atribuir à Educação Física a responsabilidade exclusiva pela implementação das políticas públicas. Trata-se, antes, de reconhecer que a articulação entre essas políticas e o trabalho pedagógico pode ampliar as experiências dos estudantes e favorecer a compreensão do esporte e do lazer como manifestações da cultura e como direitos sociais. Nessa perspectiva, quatro possibilidades merecem destaque: o esporte educacional, a educação para o lazer, a ocupação dos espaços públicos e a formação para a cidadania.

- *Esporte educacional e formação humana*

A primeira possibilidade refere-se à aproximação entre as políticas públicas e uma concepção de esporte comprometida com a formação humana. Como discutido anteriormente, o esporte constitui um fenômeno cultural multifacetado e não pode ser reduzido à lógica do rendimento, da competição e da seleção dos mais habilidosos. Bracht (2000) chama atenção justamente para os limites da incorporação acrítica do esporte de rendimento pela Educação Física escolar, destacando que a escola precisa submeter o esporte às suas finalidades educativas.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas ao esporte educacional podem contribuir para ampliar as experiências dos estudantes, desde que orientadas por princípios pedagógicos





que valorizem a participação, a cooperação, a inclusão e o desenvolvimento dos sujeitos. Na escola, isso significa reconhecer o esporte como conhecimento que pode ser experimentado, analisado, problematizado e ressignificado. A Educação Física, portanto, pode utilizar as diferentes manifestações esportivas como possibilidade de discutir não apenas regras, técnicas e estratégias, mas também questões relacionadas à competição, cooperação, desigualdade, gênero, raça, inclusão, mídia, profissionalização e interesses econômicos. Dessa forma, uma política pública que amplia o acesso ao esporte pode adquirir uma dimensão pedagógica mais significativa quando esse acesso é acompanhado de processos de reflexão e apropriação crítica.

- *Educação para o lazer*

Uma segunda possibilidade está relacionada à educação para o lazer. Se o lazer constitui um direito social e uma dimensão da cultura, sua presença na escola não deveria restringir-se à realização eventual de atividades recreativas. Marcellino (2012) compreende o lazer como uma dimensão da cultura vivenciada a partir de diferentes interesses, enquanto Gomes (2014) contribui para compreendê-lo como uma dimensão da experiência humana e cultural.

Nesse sentido, educar para o lazer significa possibilitar que os estudantes ampliem seu repertório cultural e desenvolvam condições para usufruir, produzir e ressignificar diferentes experiências de lazer. A Educação Física pode desempenhar papel importante nesse processo ao tematizar práticas corporais que podem fazer parte do tempo de lazer dos sujeitos, mas também ao discutir as condições sociais que favorecem ou dificultam sua realização.

Essa perspectiva permite deslocar a pergunta de "quais atividades os estudantes podem realizar no tempo livre?" para questões mais amplas: quais possibilidades de lazer estão disponíveis? Quem tem acesso a elas? Quais espaços podem ser utilizados? Quais barreiras econômicas, territoriais ou sociais dificultam esse acesso? Quais práticas culturais são valorizadas ou invisibilizadas? Ao incorporar essas questões ao processo pedagógico, a





Educação Física contribui para formar sujeitos capazes de compreender o lazer não apenas como consumo ou entretenimento, mas como direito, experiência cultural e possibilidade de participação social.

- *Ocupação e apropriação dos espaços públicos*

Uma terceira possibilidade refere-se à aproximação entre a Educação Física escolar e os espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer. Praças, parques, quadras, centros esportivos, ruas e demais equipamentos públicos podem constituir importantes territórios de experiências corporais e culturais. Contudo, sua existência não garante automaticamente sua utilização democrática. É necessário considerar as condições de infraestrutura, acessibilidade, localização, segurança, manutenção e, sobretudo, as possibilidades efetivas de apropriação desses espaços pela população.

Nesse sentido, as políticas públicas de esporte e lazer podem contribuir para ampliar e qualificar os espaços disponíveis à comunidade, enquanto a Educação Física pode transformar esses territórios em objetos de conhecimento e investigação. Uma proposta pedagógica pode, por exemplo, envolver os estudantes no mapeamento dos equipamentos de esporte e lazer existentes no entorno da escola, na análise das condições de utilização desses espaços e na identificação das práticas corporais que neles são realizadas.

Essa aproximação permite compreender que o espaço público não é apenas um local onde determinada atividade acontece, mas também um território de disputas, relações sociais, pertencimento e participação. A utilização de uma praça, de um parque ou de uma quadra pública envolve o direito de ocupar a cidade e de participar da construção dos espaços coletivos. Dessa forma, a Educação Física pode contribuir para que os estudantes reconheçam os equipamentos públicos como patrimônio coletivo e compreendam a importância de sua preservação, democratização e utilização pela comunidade.

- *Formação cidadã, direito à cidade e participação social*





A quarta possibilidade está relacionada à formação cidadã. Ao reconhecer o esporte e o lazer como direitos sociais, amplia-se a responsabilidade do Estado na criação de condições para sua efetivação, mas também se amplia a necessidade de que os sujeitos conheçam esses direitos e participem dos processos sociais relacionados à sua garantia. A Educação Física pode contribuir nesse processo ao transformar as próprias políticas públicas em objetos de conhecimento.

Conhecer os programas existentes no município, identificar os equipamentos públicos disponíveis, compreender como são financiadas as políticas de esporte e lazer, investigar quais grupos têm acesso a determinadas práticas e discutir as condições de funcionamento dos espaços públicos são possibilidades pedagógicas que aproximam a Educação Física da formação cidadã. Nesse processo, o estudante deixa de ser compreendido apenas como usuário ou beneficiário de uma política e passa a ser reconhecido como sujeito de direitos e potencial participante das decisões que envolvem a vida coletiva.

Desse modo, as políticas públicas de esporte e lazer podem fortalecer a Educação Física escolar não simplesmente pela disponibilização de materiais, espaços, programas ou atividades, mas pela criação de condições para ampliar o universo de experiências e conhecimentos dos estudantes. O esporte educacional pode favorecer experiências orientadas para a formação humana; a educação para o lazer pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de usufruir criticamente das diferentes possibilidades culturais; a apropriação dos espaços públicos pode aproximar os estudantes de seus territórios e do direito à cidade; e a formação cidadã pode possibilitar o reconhecimento do esporte e do lazer como direitos cuja efetivação depende também da participação social.

Por essa perspectiva, a escola deixa de ocupar uma posição exclusivamente passiva diante das políticas públicas. Ela pode constituir-se como espaço de produção de sentidos, de ressignificação das ações governamentais e de formação de sujeitos capazes de participar da construção das políticas que incidem sobre suas próprias experiências. A Educação Física, inserida nesse processo, amplia sua contribuição para a formação humana ao articular práticas corporais, esporte, lazer, território, cultura e cidadania.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal possibilidade de articulação entre políticas públicas e Educação Física escolar talvez esteja justamente em superar uma relação meramente instrumental. Não se trata de utilizar a política pública apenas como recurso para “ter mais atividades” ou “oferecer mais esportes” aos estudantes. Trata-se de transformar essas políticas em possibilidades de conhecimento, experiência, reflexão e participação. A Educação Física pode, assim, atuar como mediadora entre os estudantes, a cultura corporal e as políticas públicas, contribuindo para que direitos formalmente reconhecidos sejam conhecidos, apropriados e reivindicados pelos sujeitos.

Nesse sentido, a escola não deve ser compreendida apenas como beneficiária das políticas públicas de esporte e lazer, mas também como espaço de sua interpretação, ressignificação e efetivação. Por meio da Educação Física, políticas, programas, espaços públicos e manifestações culturais podem ser transformados em objetos de conhecimento e experiências pedagógicas, aproximando os estudantes de seus direitos e das possibilidades de participação social.

Assim, mais do que levar esporte e lazer para dentro da escola, o desafio consiste em possibilitar que os estudantes compreendam essas dimensões como manifestações da cultura, direitos sociais e possibilidades de exercício da cidadania. É nessa articulação entre políticas públicas, cultura corporal e formação cidadã que a Educação Física pode contribuir para a democratização do esporte e do lazer.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How schools do policy: policy enactments in secondary schools**. London: Routledge, 2012.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.





BRACHT, Valter. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. XIV-XXIV, 2000.

BRACHT, Valter. **A Educação Física Escolar no Brasil: o que ela vem sendo e o que pode ser**. Ijuí: Editora Unijuí, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023**. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Entre o "não mais" e o "ainda não": pensando saídas do não lugar da Educação Física Escolar. **Cadernos de Formação RBCE**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2010.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, jan./abr. 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a classe trabalhadora**. Goiânia: Editora UFG, 2003.





MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1946.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TAVARES, G. H. et al. Marcadores sociais da diferença e atividades físicas no lazer: uma análise a partir da Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 211-229, 2022.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

Recebido em: 30/06/2026

Aprovado em: 23/07/2026

Publicado em: 17/08/2026

